

OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS SÉRIES INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Mislaine Renata Costa Campos Arantes¹

Hamilton Afonso de Oliveira²

¹ Pós-Graduanda em Planejamento e Gestão Ambiental – UEG – Câmpus Morrinhos – E-mail: mislainerenata@hotmail.com

² Docente da Pós Graduação em Planejamento e Gestão Ambiental – UEG – Câmpus Morrinhos – E-mail: hamiltonafonso@uol.com.br

Resumo: O termo educação ambiental começou a ser utilizado pela ONU em 1960, porém, somente nos fins da década de 1990, que houve a inserção das primeiras diretrizes da Educação Ambiental como possibilidade de conteúdos a serem trabalhados nas escolas nos PCNs (Parâmetros curriculares nacionais) no ano de como 1997 e, em 1990, que foi promulgada a Lei 9.795 de 27 de abril de 1999 que dispôs sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). O objetivo era fortalecer a conscientização das crianças para que possam viver com mais qualidade sem desrespeitar o meio ambiente. Apesar de diretrizes curriculares e de uma Política Nacional de Educação Ambiental a efetiva implementação da Educação Ambiental nos primeiros anos das séries iniciais ainda é um grande desafio, uma vez que, muito se fala, mas, ações práticas que despertem a importância da conscientização ambiental tem sido um grande desafio. Assim, este artigo pretende abordar um breve histórico do processo que resultou nas políticas internacionais e nacionais para implementar a conscientização pela educação ambiental nas escolas, especialmente, nas séries iniciais da Educação Básica.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Meio Ambiente e Sustentabilidade.

1. Introdução

Sabe-se que a Educação Ambiental surgiu como resposta às necessidades que não estavam sendo completamente correspondidas pela educação formal, pois a educação deveria incluir valores, capacidades, conhecimentos, responsabilidades e aspectos que promovam o conhecimento e a responsabilidades do indivíduo sobre as questões ambientais.

Ao longo dos séculos que a humanidade conseguiu desvendar, conhecer e dominar com mais propriedade a natureza. Com o desenvolvimento técnico e científico o homem não só foi capaz de conhecer, mas, de apropriar e transformar a natureza conforme as necessidades de uma sociedade que cada vez mais foi se transformando com a industrialização e urbanização que resultou no estabelecimento de uma nova sociedade calcada nos princípios de um modelo econômico em que há uma necessidade obsessiva pelo crescimento acelerado e lucro rápido alicerçado no permanente aumento.

A história da humanidade é feita de grandes eventos que podem levar a mudanças e transformações que podem ser positivas ou negativas. Se por um lado o progresso alcançado pelo desenvolvimento tecnológico e científico ocorrido a partir do século XVIII com a Revolução Industrial tem nos proporcionado uma vida mais confortável e “independente” dos ritmos da natureza, por outro, o progresso excessivo tem resultado no acelerado ritmo de

exploração dos recursos naturais, para além da capacidade da renovação da natureza, também, tem agravado os problemas de ordem ambiental, com poluição das águas, do ar e do solo, bem como, pode estar provocando o aquecimento global.

No entanto, estas preocupações não são recentes e tiveram início na década de 1950, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial que foi responsável, em grande parte, pelas grandes inovações tecnológicas do século XX idealizadas em tempos de guerra, como os computadores, a internet, o sistema de refrigeração a ar dos automóveis etc.

[...] principalmente a partir da década de 1960, intensificou-se a percepção de a humanidade caminhar aceleradamente para o esgotamento ou a inviabilização de recursos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Assim sendo, algo deveria ser feito para alterar as formas de ocupação do planeta estabelecidas pela cultura dominante. Esse tipo de constatação gerou o movimento em defesa do ambiente, que luta para diminuir o acelerado ritmo de destruição dos recursos naturais ainda existentes e busca alternativas que conciliem, na prática, a conservação da natureza com a qualidade de vida das populações que dependem dessa natureza (PCNs, 1997, p. 176).

Se foi ou não ironia do destino,

[...] o país que originou a Revolução Industrial no século XVIII, foi envolta, em 1952, por uma poluição atmosférica de origem industrial que matou milhares de pessoas [...] No ano de 1953, a cidade japonesa de Minamata, conheceu, da pior forma, os efeitos da poluição do mercúrio causadas pelos despejos industriais: milhares de pessoas sofreram desde de pequenos problemas neurológicos até o nascimento de bebês com mutações genéticas, como a anencefalia (falta de cérebro) A doença, ganhou o nome de Mal de Minamata, só foi confirmada nos anos 60, quando se repetiu em Niigata (POSSAS; GEMAQUE, 2002, p. 56-57).

A tragédia inglesa gerou dois novos fatos que foram o ponto de partida para as atuais discussões e reflexões sobre os problemas ambientais e a relação homem/natureza:

[...] na Inglaterra, ocorreu um processo de debates sobre a qualidade ambiental, que culminou com a aprovação da Lei do Ar Puro, em 1956. E, nos Estados Unidos, a discussão acelerou o surgimento do ambientalismo, a partir de 1960, acompanhado de uma reforma do ensino de ciências, com a introdução da temática ambiental (POSSAS; GEMAQUE, 2002, p. 57).

Apesar destas iniciativas e do crescimento dos movimentos ecológicos nas décadas de 1960, 70 e 80 que denunciava através de exemplos de desastres ambientais catastróficos - como de Londres, Minamata e Niigata - e com denúncias contra a modernidade e o progresso excessivo alicerçado em valores materialistas e no consumo excessivo,

[...] o mundo vivia o clima tenso da Guerra Fria entre os países ocidentais e o bloco soviético. [...] os países que ocupavam a liderança mundial insistiam em produzir armamentos nucleares. [...] por outro lado, no esforço de recuperação econômica, a produção industrial foi incrementada, mas, de uma forma que gerou grande poluição do ar, da água e da terra, chegando-se a dramáticos problemas ambientais em centros urbanos como Nova Iorque, Los Angeles, Berlim e Tóquio (POSSAS; GEMAQUE, 2002, p.57)

A partir de uma sucessão de desastres começaram a surgir diversas organizações

governamentais e não governamentais de defesa ao meio ambiente, como em 1948, na França com o apoio da UNESCO da UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza que foi a mais importante organização conservacionista até a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA - em 1972.

No entanto apesar de se falar na irracionalidade do modelo econômico capitalista vigente, até 1965, não se falava em Educação Ambiental, que foi colocada pela primeira, na Conferência de Educação da Universidade de Keele, da Inglaterra, “com a recomendação de que ela deveria se tornar uma parte essencial da educação de todos os cidadãos” (POSSAS; GEMAQUE, 2002, p. 59)

No ano de 1968 foi criado na Inglaterra o Conselho para a Educação Ambiental que reuniu mais de cinquenta organizações voltadas para temas de educação e meio ambiente. Neste ano pelo ou menos

[...] seis países europeus, Dinamarca, Finlândia, França, Islândia, Noruega e Suécia emitiram deliberações oficiais a respeito da introdução da educação ambiental no currículo das escolas. [...] Tendo em vista sua complexidade e a interdisciplinaridade, ficou claro que a Educação Ambiental não deveria constituir em uma disciplina específica no currículo das escolas (POSSAS; GEMAQUE, 2002, p. 59).

Em abril de 1968, com o apoio do empresário Aríllio Perccei, que era um empresário preocupado com as questões econômicas e ambientais, juntamente representantes de dez países - cientistas, pedagogos, industriais, economistas, humanistas, etc. - se reuniram para debater a crise e o futuro da humanidade. Deste encontro, nasceu o Clube de Roma, que produziu vários relatórios de grande impacto, com destaque, para o chamado *Os limites do crescimento*, publicado em 1972 que fez uma análise e reflexão inédita sobre o futuro da humanidade se não fosse repensado o modelo econômico vigente baseado no “ritmo de crescimento a qualquer custo - com busca da riqueza e do poder sem fim, sem levar em conta o custo ambiental deste procedimento, chegar-se-ia a um colapso” (POSSAS; GEMAQUE, 2002, p. 59).

Enquanto que na década de 1970, as discussões e reflexões sobre a temática do desenvolvimento e crescimento com sustentabilidade avançavam em vários países da Europa, o regime militar dava sustentação a um modelo econômico baseado no crescimento econômico a qualquer custo sem qualquer preocupação ambiental com a execução de megaprojetos como Usina Nuclear de Angra dos Reis no Rio de Janeiro, Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a rodovia Transamazônica e o projeto Carajás receberam na época do milagre econômico duras críticas internacionais. No entanto,

[...] o governo ficou na defensiva, espalhando a opinião de que a defesa do meio ambiente seria uma espécie de conspiração das nações desenvolvidas para impedir o crescimento do país [...] Em 1972, o governo estadual goiano lançava uma campanha na mídia para atrair indústrias, mesmo que poluentes, com chaminés soltando fumaça e o título *Traga sua poluição para Goiás* (POSSAS; GEMAQUE, 2002, p. 60).

Sob os impactos do Cube de Roma e das mobilizações de ambientalistas ocorridas na década de 1960, a Organização das Nações Unidas convocou uma Conferência sobre o Meio Ambiente Humano que foi realizada em Estocolmo em 1972. Os principais objetivos desta conferência eram

[...] encorajar a ação governamental e de organismos internacionais [...] mediante a cooperação internacional. As questões ambientais entendidas apenas como a poluição do ar, da água e do solo derivada da industrialização deveriam ser corrigidas; aos países em desenvolvimento dever-se-iam fornecer instrumentos de prevenção aos males ambientais (POSSAS; GEMAQUE, 2002, p. 60-61).

A conferência foi marcada pela divergência entre os países industrializados e os países em desenvolvimento, no que tange, de que os recursos naturais devessem ser colocados sob a administração de um Fundo Mundial para serem compartilhados por toda a humanidade. O Brasil se posicionou contrário à proposta de compartilhamento de recursos naturais, na jurisdição dos países em desenvolvimento, sem haver garantias de partilha do poder econômico e financeiro de que dispunham os países desenvolvidos sobre a comunidade internacional.

No entanto, o grande marco da Educação Ambiental, foi a conferência de Tbilisi (Geórgia Ex-URSS) realizada em 1977. Foi considerada de extrema relevância na propagação de um Programa Internacional de Educação Ambiental que

[...] repercutiu na prática de educação ambiental direcionada ao processo de gestão ambiental, através da criação, nos órgãos governamentais, de áreas específicas de educação ambiental. [...] a Conferência, em seu bojo, convoca os Estados-Membros a incluírem em suas políticas de educação medidas visando incorporar um conteúdo, diretrizes e atividades ambientais em seus sistemas (POSSAS; GEMAQUE, 2002, p. 62).

A década de 1980 foi marcada pelo grande número de acidentes ambientais de grandes repercussões mundiais como: o vazamento de gás venenoso em Bhopal, na Índia que matou mais de 2 mil pessoas e feriram outras 200 mil; em 1986, o acidente na Usina Nuclear de Chernobil (Ucrânia) com a explosão do reator nuclear 4 espalhou-se uma grande nuvem de poeira radioativa que invadiu vários países e provou a morte de milhares de pessoas em poucos dias, além de graves e irreversíveis impactos ambientais (POSSAS; GEMAQUE, 2002).

No Brasil houve acidentes ambientais em 1984 em Cubatão-SP, com a ruptura de um duto de gasolina de 1.200 m³ de gasolina que provocou a morte de 93 pessoas e 4 mil feridos; em 1985, na mesma cidade rompeu-se um duto de amônia que provocou a evacuação de 6.500 pessoas. (POSSAS; GEMAQUE, 2002) O acidente radioativo com o Césio 137, em

1987, em Goiânia teve uma grande repercussão internacional e provocou a morte e centenas de pessoas foram radioacidentadas.

Neste período de grandes tragédias ambientais ocorreu a formação de uma comissão composta de 22 pesquisadores de diferentes países, coordenada pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, com o objetivo de entregar à ONU uma avaliação da situação ambiental no mundo e a propor estratégias para superação dos problemas. Esse grupo de pesquisadores que percorreram os cinco continentes em busca de informações sobre a situação ambiental no mundo ficou conhecida de Comissão Brundtland que apresentou seu relatório em 1987 e foi intitulado *Nosso Futuro em Comum* e chegou à seguinte conclusão que

[...] em toda parte do mundo havia preocupação com o meio ambiente e o desafio de novos valores se refletissem melhor nos princípios e no funcionamento das estruturas políticas e econômicas. As pessoas estavam sensíveis aos problemas ambientais e manifestavam o desejo de cooperar na construção de um futuro mais próspero, mais justo e mais seguro (POSSAS; GEMAQUE, 2002, p. 63).

O documento concluiu que os resultados apresentados pelos depoimentos colhidos de várias pessoas espalhadas pelos cinco continentes que os problemas ambientais são decorrentes das políticas de desenvolvimento e de produção energética e estavam interligados e formando uma só crise que afetava o planeta. O documento teve um grande impacto na comunidade internacional, e foi a partir dele, que resultou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. A partir da Rio-92 estabeleceu-se

[...] um novo conceito de preservação ambiental [...] fundamentado no uso racional dos recursos naturais. A este desenvolvimento, que não esgota, mas conserva e realimenta sua fonte de recursos naturais, que não inviabiliza a sociedade, mas promove a repartição justa dos benefícios alcançados, que não é movimento por interesses imediatistas [...] mas que é capaz de manter-se no tempo e no espaço é que damos o nome de desenvolvimento sustentável (POSSAS; GEMAQUE, 2002, p. 64).

O conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser utilizado como uma diretriz de mudanças nos rumos do desenvolvimento global de 172 países que participaram da Conferência Rio-92 que aprovaram a Agenda 21, que no Brasil foi estruturada em seis temáticas: Agricultura Sustentável; Cidades Sustentáveis; Ciência & Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável; Redução das Desigualdades Sociais; Infraestrutura e Integração Regional; e Gestão dos Recursos Naturais.

A Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, marcou a forma como a humanidade deveria encarar e mudar sua relação com o planeta

[...] foi a partir daquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza. [...] ficou acordado, então, que os países em desenvolvimento deveriam receber apoio financeiro e tecnológico para alcançarem outro modelo de desenvolvimento que seja sustentável, inclusive com a redução dos

padrões de consumo (JORNAL DO SENADO, 2012, p. 13)

No entanto, passado aquele momento de otimismo, após mais de 20 anos houve poucos e após o seu encerramento parece que as coisas se acomodaram, pois, na prática pouco se fez e se concretizou do que fora previsto e acordado na conferência que contou com a participação de representantes da maioria dos 172 países. Contraditoriamente, houve após este período o agravamento dos problemas sociais e ambientais e a deterioração do meio ambiente se agravou conforme apontam as pesquisas científicas, como por exemplo, “o aumento da temperatura média global, elevação dos níveis dos oceanos, entre outros indicadores, demonstram que as condições de vida no planeta podem se alterar em pouco tempo” (JORNAL DO SENADO, 2012, p. 14).

O que se percebe é que não basta uma carta ou documento de boas intenções, é necessária uma mudança cultural de paradigma,

[...] o que não é uma tarefa fácil diante de uma sociedade em que as pessoas tendem a ser cada vez mais egoístas e consumistas [...] **de uma sociedade movida pela** permanente necessidade do desejo de consumo em que a liberdade e a felicidade está em um estilo de vida hedonista que se alicerçam na ostentação, luxo e no prazer (FERNANDES; OLIVEIRA, 2016, p. 2)

Desta forma um dos principais caminhos para a mudança de paradigma é a educação ambiental nas escolas, mas, que faça a interseção entre teoria e prática relacionado á vida cotidiano das pessoas no sentido de despertar consciência ecológica, ambiental e sustentável.

2. Breve História da Educação Ambiental no Brasil

O processo de institucionalização da Educação Ambiental no Brasil teve início em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema). Em 1981, outro passo importante foi dado com a institucionalização da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA)

[...] que estabeleceu, no âmbito legislativo, a necessidade de inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente. Reforçando essa tendência, a Constituição Federal, em 1988, estabeleceu, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (SECAD/MEC, 2007, p. 13)

Em 1991, com a instituição da Comissão Interministerial para a preparação da Rio 92 a Educação Ambiental foi considerada como um dos instrumentos da política ambiental brasileira. Em decorrência do entusiasmo em abrigar a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), o governo brasileiro criou duas instâncias no Poder Executivo, destinadas a lidar, exclusivamente, com a Educação Ambiental:

[...] o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do MEC, que em 1993 se transformou na Coordenação-Geral de Educação Ambiental (Coea/MEC), e a Divisão de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), cujas competências institucionais foram definidas no sentido de representar um marco para a institucionalização da política de Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama). (SECAD/MEC, 2007, p. 13)

Em 1992, ano de realização da Rio-92, foi criado o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA. Durante o Rio-92, com a participação do MEC, também, foi produzida a Carta Brasileira para Educação Ambiental, que, entre outras coisas,

[...] reconheceu ser a Educação Ambiental um dos instrumentos mais importantes para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência do planeta e, consequentemente, de melhoria da qualidade de vida humana. A Carta admitia ainda que a lentidão da produção de conhecimentos, a falta de comprometimento real do Poder Público no cumprimento e complementação da legislação em relação às políticas específicas de Educação Ambiental, em todos os níveis de ensino, consolidava um modelo educacional que não respondia às reais necessidades do país (SECAD/MEC, 2007, p. 14)

Em dezembro de 1994, devido prerrogativas exigidas pela Constituição Federal de 1988 e dos compromissos internacionais assumidos durante a Rio 92, foi criado, pela Presidência da República, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) cuja responsabilidade de execução ficou a cargo da Coordenação de Educação Ambiental do MEC. Após dois anos de debates, em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação. Os PCNs passaram constituir em um subsídio de apoio para as escolas na elaboração do seu projeto educativo, inserindo os temas transversais: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, com possibilidade de as escolas e/ou comunidades elegerem outros de importância relevante para sua realidade.

Em 1999 foi promulgada a Lei 9.795 de 27 de abril de 1999 que dispôs sobre a política Nacional de Educação (PNEA) em que foi criada, também, a Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA) no MEC e a Diretoria de Educação Ambiental (DEA) no Ministério do Meio Ambiente. O PNEA lançou as bases para realizações de ações em Educação Ambiental no governo federal. De acordo com Art. 1.º da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999¹, a educação ambiental é entendida como:

[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores

² As políticas compensatórias envolvem “as ações de intervenção pública pelo lado da acessibilidade alimentar, atuando direta ou indiretamente” (CUNHA, et. AL, 2000, p. 189), as estruturais são direcionadas à “[...] distribuição regular de refeições e/ou gêneros alimentícios para instituições públicas e/ou conveniadas de ensino, saúde e assistência social [...]” (CUNHA, et. AL, 2000, p. 189)

sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

De acordo com a Lei 9.795/99 a educação ambiental deve ser um componente essencial e permanente em todos os níveis de ensino, envolvendo, inclusive diversos setores da sociedade, sejam instituições públicas ou privadas cabendo ao poder público, conforme Art. 3º definir “políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.” E, às instituições educacionais, o papel de “promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem”.

A Lei 9.795/99 estabelece, no seu Art. 5.º que os objetivos da educação ambiental são:

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;
- III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (BRASIL, 1999).

Conforme está estabelecida na Lei 9.795/99 a educação ambiental deve abranger diferentes setores da sociedade e a obrigação na sua difusão não é um papel apenas das instituições escolares, mas, de toda a sociedade civil e de suas instituições vislumbrando a mudança na relação homem/natureza e homem/ambiente visando a construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada.

Desta forma, com a publicação da Lei 9.795/99 pretendeu-se instituir uma Política Nacional de Educação Ambiental, visando envolver, além dos órgãos e integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente, as diferentes esferas do sistema educacional - pública e privada - e também as organizações não governamentais com atuação em educação ambiental visando, primeiramente, a capacitação de recursos humanos, pesquisas e estudos científicos e produção e divulgação de material educativo, conforme expressos no Art.º 8.º parágrafos 1.º e 2.º da

mencionada Lei.

A Lei também deixa claro que a educação ambiental caracteriza-se por ser uma área do conhecimento multidisciplinar devendo ser trabalhada nos currículos de todas as disciplinas da do ensino público e privados em todas as modalidades de ensino: Educação Básica (Infantil, Fundamental e Médio), na Educação Superior, Educação Especial, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos. A Educação Ambiental não deve ser caracterizada como uma disciplina específica nos currículos, mas, desenvolvida, conforme Art.º 10 “como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”.

No que tange a formação de professores a dimensão ambiental, conforme exposto no Art. 11, “deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas”. A definição de Educação Ambiental da UNESCO (2005), é que “Educação ambiental é uma disciplina bem estabelecida que enfatize a relação dos homens com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente” (Apud. NARCIZO, 2009, p.87).

Porém, a Educação Ambiental, caracteriza-se por um conjunto de atividades didático-pedagógicas que se caracteriza por ser interdisciplinar e que tem como objetivo levar a um reflexão crítica em relação às experiências e práticas do cotidiano, no sentido de fazer um autoanálise, da nossa ação/relação com o meio ambiente que nos circundam. Educação Ambiental sem essas características deixa de ter sentido, tornando-se apenas, mais uma disciplina no currículo se não for trabalhada em caráter interdisciplinar e reflexiva em relação às nossas práticas e ações cotidianas.

3. A importância da Educação Ambiental nas séries iniciais da Educação Básica

O processo de formação do caráter do indivíduo se dá nos primeiros anos de vida e, grande parte deste período da infância e passado na escola. Ou seja, trata-se de um momento muito importante no processo de conscientização e sensibilização do ser humano, em todos os sentidos, neste caso em especial, a mudança de cultura na relação homem/natureza, sobretudo, quanto à necessidade de se preservar o meio ambiente sem o comprometimento das futuras gerações.

É preciso aprender a pensar no futuro em uma perspectiva que transcende as gerações do presente e parar para pensar e refletir sobre a relação homem/natureza e homem/homem. É preciso, antes de tudo, pensar no outro, nas pessoas que já existem e nas que

estão por vir no futuro, pois, quer queira ou não, apesar de todo o progresso impulsionado pelo desenvolvimento da Ciência todos os seres vivos dependem da natureza e de toda a sua riqueza. Sem o “ar” que respiramos, sem as árvores, os rios, mares, oceanos não há como sobreviver. Sem água, dependemos da água para tudo desde as plantações, os alimentos e a higiene, etc.

Os alunos têm por hábito observar seus professores, ou seja, o educador é observado como uma referência na educação por preparar e apresentar métodos de ensino com informações claras e objetivas. Porém, é necessário conhecer o assunto exposto e identificarem-se com o mesmo, além de claro diversificar as aulas tornando as mais atraentes e que levam à autorreflexão em relação a si e ao meio em que se vive. “A Educação Ambiental é fundamentalmente uma educação para a resolução de problemas, a partir das bases filosóficas do holismo, da sustentabilidade e do aprimoramento”(SÃO PAULO, 1999 apud CÓRDULA, 2010, p. 97).

Em uma perspectiva de uma verdadeira consciência ambiental, um chefe indígena de *Seattle*, em carta ao presidente dos EUA Francis Pirce, no ano de 1854, dizia aos cidadãos norte americanos

[...] Vocês devem ensinar as suas crianças que o solo a seus pés, é a cinza de nossos avós. Para que respeitem a terra, digam a seus filhos que ela foi enriquecida com as vidas de nosso povo. Ensinem as suas crianças, o que ensinamos as nossas, que a terra é nossa mãe. Tudo que acontecer a terra, acontecerá aos seus filhos da terra. [...] a terra não pertence ao homem; o homem pertence a terra. Todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo. O que ocorrer com a terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo (Chefe Seattle, 1854).¹

O fragmento da carta do chefe indígena ao presidente da uma lição de como o professor deveria trabalhar com Educação Ambiental em sala de aula, deve ter uma visão do homem como um ser integrado à natureza. Especialmente, em uma fase da vida em que as crianças são capazes de assimilarem o aprendizado que será base para a construção futura do seu desenvolvimento. O conhecimento que obtiverem nesta etapa da vida é que será o alicerce para suas ações no futuro. Desta forma, é por isso que a Educação Ambiental é de grande importância para a sociedade e para o meio ambiente.

Embora escolas às vezes procurem seguir as diretrizes determinadas que norteiem a Educação Ambiental, no entanto, os currículos dos cursos de formação de professores nem sempre contemplam conteúdos e disciplinas que estejam voltados para a reflexão e discussão de temáticas ambientais visando a sensibilizar as futuras gerações a buscar valores que levam a uma convivência mais harmoniosa com o ambiente e as demais espécies que habitam o

planeta.

A escola tem a autonomia para planejar e aderir a qualquer prática pedagogia, desde que essa prática esteja dentro de um contexto que dirija para uma função social, pois a escola é uma instituição formadora de cidadãos que fazem parte de uma sociedade. No entanto, apesar da relativa autonomia as escolas, a Educação Ambiental, ainda não tem tomado espaço nas discussões, diretrizes e programas das disciplinas em sala de aula conforme deveria ocupar para que se possa ajudar a formar cidadãos conscientes e com responsabilidade socioambiental do futuro. A Educação Ambiental pode contribuir um pouco neste processo de formação de cidadãos conscientes e participativos e com compromisso com o meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

4. Considerações Finais

Conclui-se que foi diante da problemática ambiental atual a que se observado é que está se constituindo um novo campo de atuação, estudo, ensino e pesquisa. Porém, muitos são os desafios que todo processo de mudança representa. Mudança que ocorre no tempo presente vislumbrando-se um futuro melhor.

Podemos perceber diariamente a necessidade de se assumir a transformação individual como meio para a sociedade brasileira e mundial atingir, gradativamente, uma conduta ambientalmente correta. Embora a grande responsabilidade de salvar o meio ambiente recaia sobre os países desenvolvidos e ricos, sabemos que esta é uma tarefa que deve ser realizada por todos. Trata-se de um trabalho coletivo em prol de um desenvolvimento sustentável que perpassa pela educação.

Mudança que começa diariamente na revisão de nossas pequenas condutas de práticas de proteção ambiental que vai desde a separação do lixo, reciclagem ao uso de energia solar e, sobretudo, repensado as práticas de consumo.

O que se busca com o Ensino de Educação Ambiental é estruturar-se no sentido de superar a fragmentação de exploração da realidade mediante a construção do conhecimento sobre ela, valorizando a ação, a reflexão, o diálogo com os envolvidos. Respeitar a pluralidade e diversidade cultural, buscar projetos e ações que estimulem os sujeitos, fortalecer o coletivo, articular os diferentes saberes e fazeres possibilitando o envolvimento dos diversos atores sociais na gestão ambiental.

A Educação Ambiental mostra que através de pequenos atos é que se chega às grandes transformações, neste contexto a instituição escolar é mais que uma aliada é o agente

de transformação do indivíduo, pois, promove o conhecimento, conscientiza os seus alunos e a comunidade em torno.

5. Referências

BRASIL. CADERNOS SECAD 1. **Educação Ambiental:** aprendizes de **sustentabilidade**. Ministério da Educação: Brasília, marco/2007.

CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena. Educação Ambiental integradora: unindo saberes em prol da consciência ambiental sobre a problemática do lixo. In. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. Rio Grande-RS: Rede Brasileira de Educação Ambiental; FURG, 2010.

EM DISCUSSÃO. Revista de audiências públicas do Senado Federal Ano 3 – Nº 11 – junho de 2012. - http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/Upload/201202%20-%20maio/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_maio_2012_internet.pdf – acessado em 23/02/2017

NARCIZO, Karliane Roberta dos Santos. Uma análise sobre a importância de se trabalhar educação ambiental nas escolas. In. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** ISSN 1517-1256, v. 22, janeiro a julho de 2009.

POSSAS, Ana Raquel Oliveira; GEMAQUE, Irani do Socorro Freitas da Costa. História da defesa do meio ambiente. In. CHAGAS, Marco A. **Sustentabilidade e gestão ambiental no Amapá: saberes tucujus**. Macapá: SEMA, 2002.